

PROCESSO : **6.863-2/2012 (1 VOLUME)**
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA**
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

RELATÓRIO – GOVERNO

Trata o processo das Contas Anuais de Governo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor, senhor Pedro Paschoal Rodrigues Alvares, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta nos §§ 1º e 2º, e *caput* do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.

São características do Município:

MR 128

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA	
Data de Criação do Município	13/05/86
Área Geográfica	6.415 km ²
Distância da Capital	565 km
Estimativa de População do Município - IBGE – 2011	3.180 habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2008 – 2010	
Exercício 2008	parecer prévio favorável a aprovação
Exercício 2009	parecer prévio contrário a aprovação
Exercício 2010	parecer prévio favorável a aprovação

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo citado gestor e pelo Contador, o senhor Amauri da Costa,

inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 005991/O-0/0-4

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município, ficou sob a responsabilidade do Sr. **Douglas Lafayette Ramalho**.

1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) - e as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	1.238-6/2010	510/2009	16/12/09		27/04/10
LDO	4.962-0/2011	528/2010	08/07/10		11/10/11
LOA	3.662-5/2011	535/2010	24/12/10	20,00%	21/12/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 8.031.500,00** (oito milhões, trinta e um mil e quinhentos reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE		
	Valor	% Desp
Administração Direta	8.031.500,00	100,00%
Prefeitura Municipal	7.546.500,00	93,96%
Câmara Municipal	485.000,00	6,04%
Administração Indireta	0,00	0,00%
Total Geral Fixado	8.031.500,00	100,00%

Fonte: LOA, Contas Anuais

Durante o exercício ocorreram alterações orçamentárias, mediante abertura de créditos adicionais decorrentes da anulação de dotações, superávit e de excesso de arrecadação, modificando, por essa razão, o valor do orçamento inicial, conforme exposto no quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO		
TÍTULO		R\$
Orçamento Inicial - Consolidado		8.031.500,00
A) Administração Direta		8.031.500,00
B) Alterações (Adm. Direta)		7.322.289,87
Fonte de Recursos	Anulação	4.042.058,87
	Superávit	1.139.300,00
	Excesso de Arrecadação	2.140.931,00
C) Anulação de Dotações		0,00
Orçamento Final - Adm Direta (A+B-C)		0,00
Orçamento Final - Consolidado		0,00

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2008 a 2011, indica que a administração municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO				
	2008	0	2010	2011
Receita Estimada	6.175.016,00	6.950.000,00	7.621.000,00	8.031.500,00
Variação %	-	12,55%	9,65%	5,39%

Fonte: Site TCE-MT

2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 11.293.473,61** (onze milhões, duzentos e noventa e três mil quatrocentos e setenta

e três reais e sessenta e um centavos), com a seguinte distribuição por categoria econômica e origem:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	VALOR ARRECADADO (R\$)	% (ARRECAÇÃO/PREVISÃO)
Receitas Correntes	7.583.046,24	8.851.811,60	116,73%
Receita Tributária	526.266,94	679.175,31	129,06%
Receita de Contribuição	35.380,99	33.335,62	94,22%
Receita Patrimonial	20.217,71	37.230,59	184,15%
Receita de Serviço	157.000,00	89.314,52	56,89%
Transferências Correntes	6.781.113,00	7.953.098,68	117,28%
Outras Receitas	63.067,60	59.656,88	94,59%
Receitas de Capital	448.453,76	2.441.662,01	544,46%
Transferências de Capital	448.453,76	2.441.662,01	0,00%
Total das Receitas	8.031.500,00	11.293.473,61	140,61%

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **6,52%**, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Imposto	671.286,18	5,94%
IPTU	13.411,75	0,12%
IRRF	140.907,99	1,25%
ISSQN	59.756,89	0,53%
ITBI	457.209,55	4,05%
Taxa	7.889,13	0,07%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	33.335,62	0,30%
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	646,58	0,01%
Dívida Ativa Tributária	20.479,35	0,18%

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida Ativa Tributária	2.556,21	0,02%
Total	736.193,07	6,52%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008 a 2011, releva o crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	6.762.083,95	6.956.568,81	9.729.968,49	11.293.473,61
Variação %	-	2,88%	39,87%	16,07%
% de Receitas Próprias	9,61%	7,26%	4,23%	6,52%

Fonte: Site TCE-MT

2.1. DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram 13,99% em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto que a recuperação de créditos representou **13,99%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	297.386,79
Inscrições no Exercício	99.391,00
Cobrança e encampação	41.618,20
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	355.159,59
% de acréscimo da Dívida Ativa	19,43%
% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)	13,99%

Fonte: Aplic e Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2008 a

2011, indica crescimento, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo Dívida Ativa	201.180,46	234.823,80	297.386,79	355.159,59
Variação %	-	16,72%	26,64%	19,43%

Fonte: Site TCE-MT

2.2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO DE CONTAS ANUAIS E NO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS - APLIC E NO LRF-CIDADÃO:

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais e os valores informados por meio dos sistemas APLIC e LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Receitas Correntes	8.851.811,60	8.853.084,90	-1.273,30	10.139.111,21	-1.287.299,61
Receita Tributária	679.175,31	679.175,31	0,00	585.479,16	93.696,15
Receita de Contribuição	33.335,62	33.335,62	0,00	27.639,04	5.696,58
Receita Patrimonial	37.230,59	37.230,59	0,00	27.853,94	9.376,65
Receita de Serviço	89.314,52	89.314,52	0,00	89.314,52	0,00
Transferências Correntes	7.953.098,68	7.954.371,98	-1.273,30	9.358.391,16	-1.405.292,48
Outras Receitas	59.656,88	59.656,88	0,00	50.433,39	9.223,49
Receitas de Capital	2.441.662,01	2.441.662,01	0,00	2.321.662,01	120.000,00
Transferências de Capital	2.441.662,01	2.441.662,01	0,00	2.321.662,01	120.000,00
Total das Receitas	11.293.473,61	11.294.746,91	-1.273,30	0,00	-1.167.299,61

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

3. DESPESAS:

As despesas realizadas pelo Município, no exercício, totalizaram **R\$ 11.310.091,35** (onze milhões, trezentos e dez mil e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), com a seguinte distribuição por função:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Valter Albano
Telefone: 3613-7518/7562
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls.:

Rub.: _____

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA (R\$)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)
01 - Legislativa	485.000,00	457.659,59	4,05%
04 - Administração	1.514.374,00	1.683.633,51	14,89%
08 - Assistência Social	701.100,00	568.898,40	0,00%
10 - Saúde	1.569.897,00	1.967.646,33	17,40%
11 - Trabalho	80.315,00	112.915,00	1,00%
12 - Educação	2.122.773,06	2.132.068,50	18,85%
13 - Cultura	103.000,00	136.965,30	1,21%
15 - Urbanismo	445.335,94	1.205.869,19	10,66%
16 - Habitação	10.000,00	1.817.629,52	16,07%
17 - Saneamento	246.000,00	571.161,80	5,05%
20 - Agricultura	0	43.499,82	0,38%
21 - Organização Agrária	0,00	128.550,00	1,14%
23 - Comércio e Serviços	96.370,00	51.100,00	0,45%
26 - Transporte	236.020,00	160.275,22	1,42%
27 - Desporto e Lazer	141.000,00	158.107,18	1,40%
28 - Controle Interno	60.000,00	0,00	0,00%
29 - Encargos especiais	65.000,00	114.111,99	1,01%
Reserva de Contingência	80.315,00	0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 8.031.500,00	R\$ 11.310.091,35	100,00%

Fonte: LOA, Contas Anuais

3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO processo de contas anuais, nos sistema APLIC e LRF-Cidadão.

Os dados constantes do processo de Contas Anuais também apresentam divergência em relação aos valores informados por meio dos sistemas APLIC e LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Despesas correntes	8.241.952,84	8.246.745,12	-4.792,28	8.230.303,45	11.649,39
Pessoal e Encargos Sociais	4.451.729,85	4.456.032,03	-4.302,18	4.453.555,46	-1.825,61
Outras Despesas Correntes	3.790.222,99	3.790.713,09	-490,10	3.776.747,99	13.475,00
Despesas de Capital	3.068.138,51	3.068.138,51	0,00	2.584.068,65	484.069,86
Investimentos	2.954.026,52	2.954.026,52	0,00	2.469.956,66	484.069,86
Amortização da Dívida	114.111,99	114.111,99	0,00	114.111,99	0,00
Total das Despesas	11.310.091,35	11.314.883,63	-4.792,28	10.814.372,10	495.719,25

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **40,61%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **0,01%**, conforme se observa no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO			
Receita Prevista	8.031.500,00	Despesa Autorizada	11.311.731,00
Receita Arrecadada	11.293.473,61	Despesa Realizada	11.310.091,35
Superávit na Arrecadação	3.261.973,61	Economia Orçamentária	1.639,65
% da prevista	40,61%	% da autorizada	0,01%

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas** constata-se *deficit* no resultado orçamentário equivalente a **0,15%** da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	
Receita Arrecadada	11.293.473,61	01
Despesas Realizadas	11.310.091,35	41
Resultado Orçamentário	-16.617,74	-4

Percentual da Receita	0,00%	03
------------------------------	--------------	-----------

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do município, no período de 2008 a 2011, constatou-se déficit orçamentário no exercício de 2009 e 2011, conforme demonstrado a seguir:

Histórico da Execução Orçamentária				
	2008	2009	2010	2011
Receita Arrecadada	0,00	6.956.568,81	9.729.968,49	11.293.473,61
Despesas Realizadas	6.472.652,44	10.114.045,99	7.818.036,79	11.310.091,35
Resultado Orçamentário	289.431,51	-3.157.477,18	1.911.931,70	-16.617,74

Fonte: Contas Anuais

5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL):

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2011 é possível verificar desequilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo, uma vez que o executivo municipal dispõe de R\$ 2,46 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Ativo Financeiro	1.889.775,61	135,01	1.889.640,60
Passivo Financeiro	766.762,48	0,07	766.762,41
Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)	1.123.013,13	134,94	1.122.878,19
Quociente da Situação Financeira	2,46	1928,71	2,46
Passivo Financeiro (Excluídos os R. P. Não Processados)	271.802,62	0,07	271.802,55

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Quociente da Situação Financeira (Excluídos os R. P. Não Processados)	6,95	1928,71	6,95

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2009/2011, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, exceto em 2009, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
2009	Executivo	542.924,39	1.532.996,34	0,35	0,35
	Consolidado	542.924,39	1.541.440,31	0,35	0,35
2010	Executivo	1.256.007,49	116.698,46	10,76	10,76
	Consolidado	1.256.007,49	116.698,46	10,76	10,76
2011	Executivo	1.889.640,60	766.762,41	2,46	6,95
	Consolidado	1.889.775,61	766.762,48	2,46	6,95

Fonte: .Aplic

6. DÍVIDA PÚBLICA:

A Dívida Pública do Município, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 1.181.445,66** (um milhão, cento e oitenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo Exercício 2010	Movimentação no Exercício			Saldo em Dez/2011
		Inscrição	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	116.698,46	1.471.725,50	821.428,59	232,89	766.762,48
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	55.345,42	0,00	55.112,53	232,89	0,00
Restos a Pagar - Exercícios anteriores -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Valter Albano
Telefone: 3613-7518/7562
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls.: _____
Rub.: _____

Não Processado					
Restos a Pagar – 2011 – Processado	0,00	220.739,25	0,00	0,00	220.739,25
Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	494.959,86	0,00	0,00	494.959,86
Depósitos e consignações	61.353,04	756.026,39	766.316,06	0,00	51.063,37
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	502.395,17	26.400,00	114.111,99	0,00	414.683,18
LEI 305/00 – INSS	502.395,17	26.400,00	114.111,99	0,00	414.683,18
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	619.093,63	1.498.125,50	935.540,58	232,89	1.181.445,66

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período de 2011, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 695,01% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de 695,28%, em relação às obrigações, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	1.889.775,61	1.889.051,34
Obrigações Financeiras	-766.762,41	-766.762,41
Restos a pagar não processados	494.959,86	494.959,86
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	271.802,55	271.802,55
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	1.617.973,06	1.617.248,79
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	695,28%	695,01%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2008 a 2011, demonstra aumento, exceto em 2010, conforme se observa a seguir:

Histórico do Saldo da Dívida Pública

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo da Dívida Pública	186.277,04	3.220.089,88	619.093,63	1.181.445,66
Variação %	-	1628,66%	-80,77%	90,83%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais, Aplic

7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:

7.1 EDUCAÇÃO

a) Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

A Administração Municipal, aplicou durante o exercício, o montante de **R\$ 2.394.434,62** (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondendo a 30,18% do total da receita proveniente de impostos municipais e transferências, estadual e federal.

A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação, teve a seguinte formação:

Receitas com percentual vinculado à Educação

	LRF	Balanco
Receita Tributária	453.379,58	530.378,19
IPTU	12.793,14	13.411,75
ITBI	380.829,55	457.209,55
ISSQN	59.756,89	59.756,89
Transferências Correntes	7.243.157,53	7.379.801,83
Cota-Parte do ICMS	2.164.052,31	2.164.052,31
Cota-Parte do IPI/EXT	0,00	120.739,62
Cota-Parte do IPVA	21.289,79	21.289,79
Cota-Parte do FPM	4.681.603,70	4.681.603,70
Cota-Parte do ITR	376.211,73	376.211,73
Cota-Parte do Des. Exportações	0,00	15.904,68
Outras Receitas	23.682,14	23.682,14
Receita da Dívida Ativa Tributária	20.042,37	20.479,35

Juros e multas referente à Dívida Ativa Tributária	3.639,77	3.202,79
BASE DE CÁLCULO	7.720.219,25	7.933.862,16
Valor Mínimo	1.930.054,81	1.983.465,54
TOTAL APLICADO EM 2011 (R\$)	1.263.634,10	2.394.434,62
TOTAL APLICADO EM 2011 (%)	16,37%	30,18%
Alunos matriculados	434,00	434,00
Despesa com Educação (por aluno)	2.911,60	5.517,13

Fonte: LRF, Contas Anuais

Despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino	
DESPESAS	Balanco
Despesas empenhadas na educação	2.132.068,50
(-) Despesas pagas com recursos de programas e convênios referentes ao ensino	-274.491,96
(+) Retenção FUNDEB (15%)	1.407.413,04
(-) Despesas pagas com recurso do FUNDEB	-870.554,96
Valor Aplicado na manutenção do ensino	2.394.434,62
Percentual Aplicado	30,18%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2008 a 2011, indica que a administração municipal de Araguaiana vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF)				
Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	34,28%	35,93%	29,88%	30,18%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

b) Contribuição e Receitas Aplicadas Na Educação Básica

A contribuição para formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) alcançou o montante de **R\$ 1.407.413,04** (um milhão, quatrocentos e sete mil quatrocentos e treze reais e quatro centavos). A receita proveniente desse Fundo totalizou **R\$ 870.554,96** (oitocentos e setenta mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), nos termos da Lei 11.494/2007.

DESCRIÇÃO	LRF	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	870.554,96	870.554,96
Retenção - FUNDEB	2.120,56	1.407.413,04
Diferença	868.434,40	-536.858,08

Fonte: LRF, Contas Anuais

c) Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

Dos recursos recebidos por conta do FUNDEB, 63,66% foram utilizados na remuneração dos profissionais do Magistério.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas do FUNDEB	870.554,96
Valor total - salário de professores	554.173,60
Aplicação Mínima de 60% (Art. 22 - Lei 11.494/2007)	63,66%

Fonte: Contas Anuais

Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no mesmo período 2008/2011, é possível concluir que o Município investiu, na remuneração dos educadores, percentual superior ao estabelecido em lei, conforme demonstra o seguinte quadro:

HISTÓRICO – REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Valter Albano
Telefone: 3613-7518/7562
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls.: _____

Rub.: _____

Ano	2008	2009	2010	2011
Valor mínimo fixado	60,00%			
Aplicado	86,63%	100,00%	100,00%	63,66%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

A evolução do número de alunos matriculados nas escolas municipais no período de 2008 a 2011 foi a seguinte:

Histórico - Número de alunos no ensino				
ALUNOS	2008	2009	2010	2011
Matriculados na rede de ensino municipal	395	410	434	434
Matriculados no ensino fundamental	298	318	310	272
Variação número de alunos matriculados	-	5,05%	2,20%	-5,11%

(*) Variação número de alunos matriculados em relação ao ano de 2007.

Fonte: INEP

7.2 SAÚDE:

Em Ações e Serviços Públicos de Saúde o Município aplicou, em 2011, o montante de **R\$ 1.277.524,82** (um milhão, duzentos e setenta e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), correspondentes a **16,10%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, todos da Constituição da República.

A base de cálculo do percentual da Saúde foi elaborada em conformidade com o Acórdão 1.098/04, deste Tribunal, ficando as despesas consideradas para efeito de cálculo do percentual aplicado, compostas da seguinte forma:

Receitas com percentual vinculado à Saúde

	LRF	Balço
Receita Tributária	453.379,58	530.378,19
IPTU	12.793,14	13.411,75
ITBI	380.829,55	457.209,55
ISSQN	59.756,89	59.756,89
Transferências Correntes	7.243.157,53	7.379.801,83
Cota-Parte do ICMS	2.164.052,31	2.164.052,31
Cota-Parte do IPI/EXT	0,00	120.739,62
Cota-Parte do IPVA	21.289,79	21.289,79
Cota-Parte do FPM	4.681.603,70	4.681.603,70
Cota-Parte do ITR	376.211,73	376.211,73
Cota-Parte do Des. Exportações	0,00	15.904,68
Outras Receitas	23.682,14	23.682,14
Receita da Dívida Ativa Tributária	20.042,37	20.479,35
Juros e multas referente à Dívida Ativa Tributária	3.639,77	3.202,79
BASE DE CÁLCULO	7.720.219,25	7.933.862,16
Percentual Mínimo (15 %)	1.158.032,89	1.190.079,32
TOTAL APLICADO EM 2011 (R\$)	1.967.646,33	1.277.524,82
TOTAL APLICADO EM 2011 (%)	25,49%	16,10%
Estimativa de População do Município - IBGE – 2011	3.180,00	3.180,00
Despesa com Saúde (por habitante)	618,76	401,74

Fonte: INEP

Despesas realizadas com a Saúde

DESPESAS	RELATORIA
Despesas empenhadas no Programa Saúde	1.967.646,33
(-) Gastos com recursos convênio	-1.261.283,31
(+) Despesas com saneamento	571.161,80
Valor Aplicado na Saúde	1.277.524,82
Percentual Aplicado	16,10%

Fonte: Contas Anuais

No período 2008/2011, os gastos com ações e serviços públicos de

saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

Histórico - Aplicação na Saúde				
Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Mínimo Fixado	15,00%			
Aplicado	16,38%	17,98%	27,41%	16,10%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

7.3 GASTO COM PESSOAL:

A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 4.234.674,12** (quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos), correspondendo a **47,84%** do total da Receita Corrente Líquida, conforme quadro a seguir:

Base de Cálculo Pessoal - RCL		
	LRF	Balço
Receita Tributária	585.479,16	679.175,31
IPTU	12.793,14	13.411,75
ITBI	380.829,55	457.209,55
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	125.675,95	140.907,99
ISSQN	59.756,89	59.756,89
Taxas	6.423,63	7.889,13
Receita de Contribuição	27.639,04	33.335,62
Receita Patrimonial	27.853,94	37.230,59
Receita de Serviço	89.314,52	89.314,52
Transferências Correntes	9.360.511,72	9.360.511,72
Cota-Parte do ICMS	2.164.052,31	2.164.052,31
Cota-Parte do IPI/EXT	0,00	120.739,62
Cota-Parte do IPVA	21.289,79	21.289,79
Cota-Parte do FPM	4.681.603,70	4.681.603,70
Cota-Parte do ITR	376.211,73	376.211,73
Lei Complementar 87/96	15.904,68	15.904,68



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Valter Albano
Telefone: 3613-7518/7562
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls.: _____

Rub.: _____

	LRF	Balço
Transferência FUNDEB	870.554,96	870.554,96
Outras Transferências (Convênio)	1.230.894,55	1.110.154,93
Outras Receitas	59.656,88	59.656,88
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	2.404,06	2.404,06
Indenização e Restituições	2.556,21	2.556,21
Receita da Dívida Ativa Tributária	13.138,60	13.138,60
Receita da Dívida Ativa não Tributária	20.479,35	20.479,35
Receitas Correntes Diversas	18.582,64	18.582,64
DEDUÇÕES - Retenção FUNDEB	2.120,56	1.407.413,04
BASE DE CÁLCULO - RCL	10.139.111,21	8.851.811,60
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	5.475.120,05	4.779.978,26
Total Gasto com Pessoal em 2011	4.119.213,08	4.234.674,12
Percentual gasto com Pessoal em 2011	40,63%	47,84%
Habitantes no município	3.180,00	3.180,00
Receita Corrente Líquida por Habitante	3.188,40	2.783,59

FONTE: LRF, CONTAS ANUAIS

TOTAL DE GASTOS COM PESSOAL			
DESCRIÇÃO	LRF	Balço	%
3190.03 - Pensões	40,63%	6.151,92	0,14%
3190.04 - Contratação por tempo determinado		496.370,00	10,92%
3190.09 - Salário Família		17.712,12	0,39%
3190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas		3.510.937,44	77,25%
3190.13 - Obrigações Patronais (RGPS)		420.558,37	9,25%
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ		93.000,00	2,05%
TOTAL	4.119.213,08	4.544.729,85	100,00%

FONTE: LRF, CONTAS ANUAIS

TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
---------------	-------------	----------

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.851.811,60	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	5.311.086,96	60,00%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4.544.729,85	51,34%
Executivo (Limite máximo: 54%)	4.234.674,12	47,84%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	310.055,73	3,50%

FONTE: CONTAS ANUAIS

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2008/2011, manteve-se sempre abaixo do valor máximo permitido, exceto em 2009 e 2010, conforme se observa a seguir:

Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Máximo Fixado	54,00%			
Aplicado	41,70%	54,69%	54,54%	47,84%

FONTE: SITE TCE-MT, CONTAS ANUAIS

7.4 REPASSE AO PODER LEGISLATIVO:

O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o equivalente a **6,87%** da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se dentro do limite constitucional, que é de 7%.

Repasse para o Legislativo - § 2º, do art. 29-A, da CF				
Receita Base (R\$)	Repasse (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
R\$ 6.665.450,50	457.705,58	6,87%	7,00%	Regular

Fonte: Contas Anuais

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2008 a 2011, manteve-se dentro do valor máximo permitido, exceto em 2009, conforme se observa a seguir:

Repasse para o Legislativo				
	2008	2009	2010	2011
Valor máximo fixado	8,00%		7,00%	
% repassado	8,00%	7,64%	6,99%	6,87%

FONTE: SITE TCE-MT, CONTAS ANUAIS

8. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE:

8.1. RESULTADOS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE:

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução Normativa 13/2011, aprovada na sessão de julgamento do dia 13/12/2010, aprovou a quarta e última atualização da avaliação de resultados de políticas públicas nas áreas de educação e saúde.

O modelo adotado mede o desempenho de um conjunto de 10 (dez) indicadores de resultados, selecionados para compor um painel de atuação dos municípios nessas áreas de atuação. O valor obtido em cada indicador é comparado com a média Brasil e pontuado da seguinte forma:

- **1** – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;
- **0,5** – quando o desempenho for próximo à média nacional.
- **0** – quando o desempenho no indicador de resultado for pior que a média nacional;
- **sem valor (S/V) ou não se aplica (N/A)** – quando a ausência de informações sobre o indicador é de responsabilidade do governo

do Estado ou do Município. Neste caso, o indicador será excluído do cômputo final do índice.

- **não informado (N/I)** - quando houver ausência de informações sobre o indicador. Neste caso, o indicador será contabilizado no cômputo final.

Após, realiza-se a soma das pontuações obtidas em cada indicador e chega-se ao índice de desempenho das políticas públicas, que varia entre 0 a 10, conforme se verifica nas tabelas a seguir:

1- Resultados de Políticas Públicas na área de Educação

Indicadores	Resultados			
	Média Brasil	Média MT	Município	Índices
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) – 2010	49,16	46,23	52.70	1
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2010	9,9	5,4	11.50	0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2010	13,8	7,7	0.90	1
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2010	2,2	1	3.30	0
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2010	6,1	3,3	3.80	1
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2010	22	14,3	15.90	1
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	52,75	51,02	100.00	0,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	51,28	46,54	100.00	0,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota	54,06	40,89	N/A	N/A

na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009				
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	49,59	34,01	N/A	N/A
INDICE TOTAL (0 a 10)				0

2. Resultados de Políticas Públicas na área da Saúde

Indicadores	Resultados			
	Média Brasil	Média MT	Município	Índices
Taxa de mortalidade neonatal precoce (2009)	7,72	7,63	40.00	0
Taxa de mortalidade infantil (2009)	14,8	16,53	40.00	0
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2009)	57,86	63,94	52.00	0
Taxa de internação por IRA (infecção respiratória aguda) em menores de 5 anos (2010)	26,32	31,65	0.00	1
Taxa de mortalidade por doença cerebrovascular (2009)	51,84	37,01	99.90	0
Taxa de detecção de hanseníase (2010)	1,82	8,34	43.79	0
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária – 2010	0,17	0,21	0.11	0
Cobertura - Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA) – 2010	97,66	97,73	160.00	1
Taxa de incidência de dengue (2010)	515,94	1221,99	3,127.93	0
Incidência de Tuberculose todas as formas – 2010	44,31	38,68	0.00	1
INDICE TOTAL (0 a 10)				3.0

No período 2008/2011, a avaliação das políticas públicas do Município de Araguaiana apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2008	2009	2010	2011
Educação	7	6,9	5	5.0
Média MT	5,5	9,5	8	8
Saúde	2	6	6,7	3.0
Média MT	2,5	6	4,4	5,5

8.2. RESULTADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA:

A Resolução Normativa 15/2011, deste Tribunal, aprovou a primeira avaliação de resultados das políticas de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, realizada em 2011 por este Tribunal. O cenário levantado traz dados divididos por regiões formadas por aglomerados de Municípios.

No caso destes autos, o Município de Araguaiana está localizado na região de Barra do Garças + Alto Araguaia, cujos resultados estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Índice de desempenho regional em 2010

Regionais	Taxa de violência letal intencional – 2010	Taxa de violência letal não intencional no trânsito – 2010	Taxa de crimes contra o patrimônio – veículos – 2010	Taxa de crimes contra o patrimônio – exceto veículos – 2010	Taxa de Homicídio de mulheres – 2010	Taxa de homicídio de crianças e adolescentes – 0a 18 anos – 2010	Taxa de homicídio de jovens – 19 a 29 anos – 2010	Índice de vitimização e criminalidade – 2010	Situação da regional em relação ao fenômeno
Barra do Garças + Alto Araguaia	0	0,66	0,33	0,71	0,19	0	0,16	2,94	Boa-regular

Tabela 2 – Variações dos resultados 2009/2010

Regionais	Variação da taxa de violência letal intencional – (2009-2010)	Variação da taxa de violência letal não intencional no trânsito – (2009-2010)	Variação da taxa de crimes contra o patrimônio – veículos – (2009-2010)	Variação da taxa de crimes contra o patrimônio – exceto veículos – (2009-2010)	Variação da taxa de Homicídios de mulheres – (2009-2010)	Variação da taxa de homicídio de crianças e adolescentes – 0a 18 anos – (2009-2010)	Variação da taxa de homicídio de jovens – 19 a 29 anos – (2009-2010)	Índice de Variação (2009 – 2010)	Situação da regional em relação a variação
Barra do Garças + Alto Araguaia	0	0,2	0,53	0,61	0,46	0	0,36	3,08	Boa-regular

8.3. FIRJAN:

O Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Gestão Fiscal – IFGF), foi criado pelo Sistema FIRJAN para avaliar a qualidade de gestão fiscal dos municípios brasileiros, o qual traz dados do ano base de 2010, tendo como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos, bem como maior controle social da gestão fiscal dos municípios. Essas informações são coletadas na Secretaria do Tesouro Nacional, cujos dados são alimentados pelos próprios municípios.

O IFGF é composto por 5 quesitos conforme descritos a seguir:

- **IFGF Receita Própria** - referente à capacidade de arrecadação de cada município;
- **IFGF Gasto com Pessoal** - representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento;

- **IFGF Liquidez** - responsável por verificar a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte;
- **IFGF Investimentos** - acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida;
- **IFGF Custo da Dívida** - avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Os quatro primeiros índices têm peso de 22,5% sobre o resultado final. O IFGF Custo da Dívida, por sua vez, tem peso de 10%, por conta do baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros. O índice varia entre 0 e 1, quanto maior, melhor é a gestão fiscal do município.

Cada município é classificado com conceitos, sendo: **A** (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 pontos); **B** (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8); **C** (Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6); e, **D** (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 pontos).

O município de Araguaiana ficou acima da média nacional e estadual, apresentando conceito B do IFGF.

Ranking IFGF Nacional	Ranking IFGF Estadual	IFGF Araguaiana	Média IFGF – MT	Média IFGF – Brasil
1384º	55º	0,6403	0,6023	0,5321

9. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA:

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, o Auditor Público Externo, **CARLOS EDUARDO AMORIM FRANÇA**, e a Técnica de Controle Externo, **MARISETE BERTAGLIA VERANO DE AQUINO**, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaboraram o relatório de auditoria às fls. 149-186, relacionando **04 (quatro)** irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às fls. 189, o prefeito municipal apresentou a sua defesa às fls. **193/311**. Depois de analisada, os técnicos concluíram às fls. **313/319**, pela permanência de **02 (duas)** irregularidades, sem classificação de acordo com a Resolução Normativa 17/2010-TCE/MT, conforme a seguir:

7.2 - Baixo desempenho dos resultados dos indicadores da educação municipal, em especial da alta Taxa de reprovação – rede municipal – até a 4ª série / 5º Ano EF (item 3.4.2.2);

7.3 – Queda dos resultados (escores) dos indicadores da saúde em relação ao próprio desempenho anterior (6,7 para 3,0), em especial das taxas de incidência de dengue e de mortalidade neonatal precoce (item 3.4.3.2).

10. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, emitiu o Parecer 3555/2012 (fls. 320/335), manifestando-se pela emissão de **Parecer Prévio Favorável à Aprovação** das contas anuais da Prefeitura Municipal de Araguaiana, referentes ao exercício financeiro de 2011, com recomendações.

Esse é o Relatório.